



MAPEAMENTO DO ENSINO DE ESPANHOL NO RS: O CASO DE PELOTAS

Raquel Chiattonne Corvello¹; Manoela Paula de Carvalho²; Javier Eduardo Silveira Luzardo³

¹Colégio Gonzaga – raquelcorvello@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – manoelapauladecarvalho@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – javier.ufpel@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A oferta da língua espanhola, nas escolas públicas do país, tornou-se obrigatória com a lei 11.161, de 2005. Porém, no ano de 2017, foi aprovada a lei 13.415, que no seu artigo 22 apresenta a revogação da normativa anterior: “Art. 22. Fica revogada a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005” (Câmara dos deputados, LEI No 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017). Tal revogação foi aprovada sem ter em conta os argumentos das associações de professores espanhol ou de especialistas da área. Sequer foram consultadas as instituições de ensino superior (IFES) que, anualmente preparam docentes para atuarem nesse mercado de trabalho. Como forma de combater o retrocesso na área, surge o movimento #ficaespanhol, no Rio Grande do Sul, que serve de modelo para a luta pela institucionalização, mais uma vez, do idioma espanhol. O movimento ganha força e, ao mesmo tempo, a atenção da deputada estadual Juliana Brizola (PDT) que, em março de 2018, apresenta o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 270/2018 determinando que o ensino do idioma espanhol seja ofertado como disciplina obrigatória nos currículos das escolas de Ensino Fundamental e Médio do Rio Grande do Sul, porém, optativa para o aluno.

Partindo dessa perspectiva, ainda em outubro de 2017, acompanhando o cenário, elaboramos um projeto de mapeamento do ensino de língua estrangeira, mais especificamente de língua espanhola que visa analisar a situação da língua estrangeira em Pelotas e Região. Entre os objetivos, além de verificar a oferta do idioma, fomos in loco coletar dados que nos ajudassem a identificar qual é a metodologia de ensino preferencialmente usada pelos professores em atuação na rede pública municipal. Cabe mencionar que, além dos objetivos anteriores, também foram objeto de estudo as variantes linguísticas, os recursos didáticos que preferencialmente são aplicados e, por fim, entender as estratégias de sucesso e fracasso que fazem parte da tarefa ao ministrar aulas. A pesquisa soma-se a outras que também começaram a ser desenvolvidas por outros colegas como exemplo, trabalho desenvolvido por Dutra Costa, Eduardo (docente da Unipampa-Bagé); cujo trabalho versa sobre a região de Fronteira; Rodrigues, Giane (Unipampa-Jaguarão) que dedica o trabalho à cidade citada; Fagundes, Angelise e Fontana, Marcus (UFFS) e, por que não citar os trabalhos desenvolvidos em SC por BERGMANN, J. C. F; CESCO, A. em “A diminuição da oferta do ensino da língua espanhola no estado de Santa Catarina: e a Lei no 11.161, onde está?.”

A investigação, não só nos proporcionou a possibilidade de interpretar o cenário local mas, serviu de partida, junto ao trabalho do colega Eduardo Dutra da Unipampa, para que, de maneira interinstitucional entre a UFFS, UFSM, Unipampa, Furg e UFPEL, ou seja, entre todas as Universidades Federais do interior do estado, montássemos o Mapeamento no Rio Grande do Sul – dentro



da perspectiva de coleta de dados no cenário das escolas públicas estaduais e municipais (com previsão de término em 2024).

2. METODOLOGIA

O trabalho foi realizado, primeiramente, cadastrando o projeto e, após as aprovações, solicitada autorização à Secretaria Municipal de Educação de Pelotas (SMEd), para que fornecessem o número de escolas que lecionavam LE e, os respectivos professores. Além dos dados iniciais, solicitamos autorização para que, por meio de uma carta de apresentação da SMEd houvesse a permissão para ingressar nas 40 escolas da cidade e visualizássemos as aulas ministradas pelos professores. No mesmo formato de um estágio supervisionado, visitamos as escolas de todos os bairros da cidade e, além das coletas in loco, complementa a coleta de dados um questionário que foi respondido no dia da visita, pelos professores, a fim de identificar o perfil dos mesmos e do ambiente de trabalho. Após as coletas dos dados, realizamos a tabulação e separação das informações que, de acordo com as variáveis, nos deram base para os resultados finais da cidade de Pelotas. Essa análise será ampliada, agora, com o estudo que abrangerá novas perspectivas, porém, no cenário estadual de ambas as redes, municipais e estaduais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre os resultados obtidos pelo mapeamento da cidade de Pelotas, podemos destacar: a) que das 40 escolas municipais, 26 ministram aulas de espanhol, b) quanto à metodologia: há uma predominância pelo enfoque tradicional de ensino por parte da ampla maioria dos professores; c) as aulas de 50 minutos acontecem, basicamente, com o uso de quadro branco, marcador e folhas fotocopiadas; d) relativo à variante linguística: existe um predomínio pelo uso da língua portuguesa e, em segundo lugar, a variante rio-pratense. Cabe ressaltar um fato que chamou a nossa atenção, afinal, com toda a luta existente pelo predomínio do espaço dedicado ao espanhol e, pelos movimentos que defendem o ensino do idioma na rede pública do estado e nacional, 59% dos professores que ministram essas aulas utilizam a língua portuguesa como instrumento em sala de aula para os seus alunos; e) a grande maioria das escolas municipais possuem laboratórios de informática, no entanto, ninguém faz uso do espaço; f) 78% dos professores encontram-se desmotivados na profissão, onde, sem haver constrangimento pela presença da equipe, simplesmente optaram por ceder o único período semanal para que os alunos conseguissem finalizar trabalhos de artes ou atividades de matemática; g) os professores possuem mais de um local de trabalho e este fator impossibilita que possam organizar melhor o material de aula ou contribuir para um melhor planejamento; h) não existe incentivo ao professores por parte das equipes de gestão escolar; i) a predominância de oferta para a língua espanhola está centrada no 6º e 7º anos do ensino fundamental, embora também seja ofertada a partir do 5º e em anos finais do ensino fundamental; j) para os professores que apresentavam formação continuada (pós-graduações) eram foi possível constatar que estes apresentavam uma motivação maior em relação aos outros que não seguiram formação continuada. Não foi possível mensurar se a pós-graduação se relaciona com a motivação pela carga de informações distintas adquiridas, ou pelo acréscimo



remuneratório ou, até mesmo, pela perspectiva de um futuro promissor em função da própria pós-graduação.

4. CONCLUSÕES

Nas conclusões finais destacamos a necessidade pela aproximação das universidades, em um trabalho conjunto com os agentes das escolas públicas. Essa integração seria profícua, para que os professores não se sintam sozinhos na ponta ou abandonados. A união, seja via projetos ou com formações continuadas de extensão, com o ensino fundamental, médio e superior criará um novo cenário de atuação que beneficiará o aluno como resultado final. Ao iniciarmos a pesquisa esperávamos por uma utilização do enfoque predominantemente tradicional, fato que foi comprovado na pesquisa. Porém, o enfoque tradicional não é o gatilho motivador de desatenção por parte dos alunos, de insucesso ou, até mesmo, do interesse pela disciplina por parte dos alunos que, em diversos casos, constatamos uma boa interação e atenção em sala. Aqui destacamos que, o fator determinante para o sucesso ou insucesso na prática pedagógica estava atrelada à própria dinâmica do professor (como se a turma fosse o espelho de sua atitude). Nessa perspectiva, se o professor estava motivado e apresentava empatia, a turma respondia da mesma forma, enquanto que o inverso era facilmente constatado. Se o professor não demonstrava interesse em desenvolver o conteúdo, os alunos facilmente desviavam a atenção para as conversas paralelas, celulares ou outras funções em sala de aula. E, como destaque, os professores de LE devem fazer uma reflexão aberta sobre um ponto que, ao nosso ver, pode ser o tendão de aquiles, afinal, se há uma necessidade de instaurar o ensino de espanhol como obrigatório na rede pública de ensino, seja pelos benefícios culturais, ou pela formação de um ser crítico e plural, a disciplina deve ser valorizada pelos seus próprios agentes ministrantes, com dinâmicas interculturais e com o próprio uso do idioma espanhol.



5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes. Por Uma Política De Ensino De (Outras) Línguas. Revista Trabalhos em Lingüística Aplicada. Campinas: Editora da Unicamp, vol. 37: 103-108, 2001.

BAGNO, MARCOS; RANGEL, EGON DE OLIVEIRA. Tarefas da educação lingüística no Brasil. In: Rev. Brasileira de Lingüística Aplicada, v. 5, n. 1, 2005.

BERGMANN, J. C. F; CESCO, A. A diminuição da oferta do ensino da língua espanhola no estado de Santa Catarina: e a Lei no 11.161, onde está?. In: Adir Valdemar Garcia; Adriana D'Agostini. (Org.). Reflexões sobre a formação de professores e o Pibid-UFSC. 1aed.Tubarão - SC: Copiart, 2014, v. 1, p. 37-59.

RAJAGOPALAN, Kanavillil.; SILVA, Fábio Lopes. A linguística que nos faz falhar: investigação crítica. São Paulo: Parábola Editoria, 2004.

ROCHA, Claudia Hilsdorf; BRAGA, D. B. ; CALDAS, R. R. Políticas linguísticas, ensino de línguas e formação docente: desafios em tempos de globalização e internacionalização. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

SOUZA, Fábio Marques. Espanhol-língua estrangeira para brasileiros: políticas de difusão e formação de professores no Estado de São Paulo. 2009, 131 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, São Paulo. 2009